

AS LÍNGUAS ANGOLANAS: RESISTÊNCIA E A COSMOVISÃO DO PODER ANGOLANO NO MUNDO

Makosa Tomás DAVID¹

Resumo: A invasão colonial em Angola resultou em desordem, supressão, segregação e desvalorização das línguas nativas angolanas. Procuro explorar, brevemente, o percurso histórico sobre a resistência das línguas nacionais de Angola face aos instrumentos políticos coloniais que buscavam suprimir a cultura angolana e entender o porquê da compreensão/posição atual dessas línguas em Angola. Destacar, a partir dessa política colonial, o significado da língua prestigiosa e seu impacto colonial no sistema europeu em relação às comunidades subjugadas. Seguindo essa linha de raciocínio, busco ressignificar/reinterpretar o termo angolano “Macumba” a partir da perspectiva do Filósofo Bas’Ilele Malomalo (2022) e desconstruir a cosmovisão sobre o poder angolano que foi historicamente usado e designado de forma pejorativa vinculado ao pensamento colonial moldado pelas invenções coloniais até os dias atuais.

Palavras-chave: Poder angolano; línguas nacionais; política colonial; ressignificação e macumba.

Abstrat: The colonial invasion of Angola resulted in disorder, suppression, segregation and devaluation of native Angolan languages. I aim to briefly explore the history of the resistance of Angola's national languages to the colonial political instruments that sought to suppress Angolan culture, and to understand why the current understanding/position of these languages in Angola has changed. To highlight, from this colonial policy, the meaning of the prestigious language and its colonial impact on the European system in relation to the subjugated communities. Following this line of reasoning, I seek to reframe/reinterpret the Angolan term "Macumba" from the perspective of the Philosopher Bas'Ilele Malomalo (2022) and deconstruct the worldview on Angolan power that has historically been used and designated in a pejorative way linked to colonial thinking shaped by colonial inventions to this day.

Keywords: Angolan power; national languages; colonial politics; reinterpretation and macumba.

Introdução

Angola é um país caracterizado pela sua diversidade cultural, linguística e étnica, além de possuir um vasto território. No entanto, ao abordarmos sobre Angola, é fundamental considerar sua identidade e seu processo histórico, pois a riqueza natural de Angola foi o fruto de uma atração europeia, que resultou em invasões que causaram sérios danos ao país. Além disso, o processo transatlântico, como descrito por Pessoa de Castro (2005), provocou conflitos, separações e sofrimento para a população africana.

Dentro desse contexto, Angola foi destruída culturalmente e negada pelo homem europeu, criando, assim, mecanismos e instrumentos que pudessem trazer uma destruição profunda ao território para que fosse feita a exploração. A colonização criou divisões étnicas entre grupos que compartilhavam a mesma língua para evitar uma possível revolta (OLIVEIRA, 2018; DAVID, 2023; PESSOA DE CASTRO, 2005). Se impôs a

¹ Angolano e estudante do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Linguagens da Universidade Federal do Sul da Bahia e bolsista de Iniciação Científica. Gmail: davidmakosa929@gmail.com <https://orcid.org/0009-0004-0659-971X>.

portugalização e a catequização como fruto de um genocídio linguístico e epistemicídio (CARNEIRO, 2005; MUDIMBE, 2013). Promoveu-se uma imagem negativa sobre a cultura e tradições angolanas, que para eles eram o não-natural, fazendo com que essa imagem ruim, construída a partir de uma influência colonial permanecesse² levando o povo angolano a acreditar que a sua cultura é ruim e a boa é a europeia, gerando uma perseguição contra a identidade cultural, criando sentimentos de ódio em relação às próprias raízes culturais (NASCIMENTO, 2019; MBEMBE, 2014; FANON, 2008).

Busco examinar o contexto histórico linguístico angolano, assim como sua resistência, a fim de esclarecer a compreensão e a posição das línguas nacionais atualmente - à luz da influência colonial. Nesse processo, destaco o significado da língua considerada prestigiosa e seu impacto colonial no sistema europeu sobre as populações escravizadas. Seguindo essa linha de pensamento, ressignificar/reinterpretar o termo angolano “Macumba”, a partir da perspectiva do Filósofo Bas’Ilele Malomalo (2022), e desconstruir a cosmovisão sobre o poder angolano que foi, historicamente, usado e designado de forma pejorativa e vinculado ao pensamento colonial moldado pelas invenções coloniais. De maneira geral, a minha abordagem envolve uma reflexão sobre esse tema com base na compreensão e análise que nos oferecem, com a língua desempenhando um papel central no contexto do poder colonial.

As línguas d’Angola: resistência e o porquê da sua compreensão/posição atual em Angola

Antes da invasão colonial, em um período anterior ao século XV (ZAU, 2011, p. 94), o território que hoje é Angola, fazia parte do Reino do Kongo³, um reino que se caracterizava por uma estrutura política centralizada, economia baseada na agricultura e comércio. Mas, dentro do contexto colonial, foi desestruturado pela dominação europeia e pelos instrumentos de dominação que colocaram o povo numa posição de apagamento cultural.

Com a presença dos invasores no território angolano e sendo considerados monolíngues (DAVID, 2023, p. 138), houve a questão de não entendimento devido às línguas que lá se falam, algo que, para Oliveira (2017), também aconteceu no Brasil. Mesmo tendo começado com esse domínio territorial em Angola, a produtividade comercial não estava muito ativa, porque a cada momento o povo voltava-se contra eles, então, para o apagamento disso resolveram utilizar um conjunto de instrumentos que Oliveira (2018, p. 239) vai chamar de “tradições da invenção europeia”, que tinha como objetivo a dominação colonial que podia legitimar o decreto imposto pelas colônias.

Tendo como a ideia principal a expansão da língua portuguesa em Angola, implementou-se a política de assimilação. Essa política foi uma forma de Portugal e França implementarem o genocídio sobre as línguas africanas e as tradições das colônias, a partir do processo da europeização que consiste na formação dos privilegiados com objetivo de servirem aos interesses dos colonizadores, isso durante a ditadura Salazarista (1926-1975) (OLIVEIRA, 2018; AUGUSTO, 2016; NASCIMENTO, 2016).

Temos de partir da ideia de que essa língua prestigiosa (NASCIMENTO, 2019; MAKONI e PENNYCOOK, 2007) é um sistema de comunicação de construto colonial

² Colonialidade refere-se à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante.

³ O Reino do Kongo ou Império do Kongo foi um Estado pré-colonial africano no sudoeste da África no território que hoje corresponde ao noroeste de Angola (incluindo Cabinda).

que serve também como meio que causa a desorganização, classificação e submissões aos povos no seu domínio.

Olhando isso, Amélia A. Mingas⁴ (2000, *apud* OLIVERIA, 2018) explica que essa questão política que os portugueses tinham, mesmo querendo um bom conhecimento da língua portuguesa, como o meio profundamente importante para qualquer destaque posicional na sociedade colonial, proibia a utilização das línguas locais para que o povo se tornasse assimilado⁵.

Seguindo a ideia da autora, o emprego desse tipo de política, que vai chamar de “linguística identitária”, foi utilizado com o fim de enfatizar ainda mais a Política Política do Estado sobre a proibição do uso das línguas locais por parte dos assimilados, assim como falar corretamente a língua portuguesa e ter domínio da sua estrutura para evitar a interferência de outras línguas. Existiam dentro disso tudo os angolanos considerados indígenas⁶ (AUGUSTO, 2016), ou seja, “não-assimilados”, que eram aqueles que não sabiam falar português e que não aceitavam o critério social da colonização. Eles tinham um estatuto que consistia nos princípios da não aceitação de ser assimilado e preservação da sua identidade cultural.

Para um indígena alcançar e obter o estatuto de “assimilado” e poder usufruir de direitos a que estava vedado, era necessário saber falar o português, ler e escrever, renunciar aos costumes tradicionais e viver à maneira do branco e ser considerado “branco de cor preta” (AUGUSTO, 2016).

Para mais precaução, o governo colonialista português optou pelo isolamento e separação étnica, evidentemente como precaução para uma possível ação conjunta dos colonizados (OLIVEIRA, 2018; DAVID, 2023). Nessa fase já existia uma aliança entre o Reino Português e a Igreja Católica, que tinha como finalidade, segundo Severo (2014, *apud* OLIVEIRA, 2018), “consolidar o aparato colonial, Portugal estabeleceu uma forte aliança entre a religião católica e o reinado português na forma do Padroado, o qual se tornou eficaz ao estrategicamente sobre por Portugalização e catequização”. E, dentro desse contexto a: “Igreja Católica, como instituição religiosa, missionária e de ensino, foi um dos empreendimentos coloniais que produziu maior restrição à liberdade cultural e linguística dos angolanos” (SEVERO, 2014, *apud* OLIVEIRA, 2018).

Houve a proclamação do decreto de leis e artigos, como a Lei n.º 1031, de 6 de março de 1921, decretada por Norton de Matos, que proibia a utilização das línguas locais nas escolas, no catecismo e na igreja (1921, *Apud* Mingas, 2000).

Os assimilados não eram colocados nos trabalhos forçados, eram isentos de contratos e trabalhavam nos órgãos da administração metropolitana (NASCIMENTO, 2016). Como o modo de falar português se tornou vulgar, os assimilados proibiam os seus filhos de falarem as línguas locais. Dentro desse genocídio linguístico (CARNEIRO, 2005) que existia, o povo era obrigado a negar aquilo que é a sua identidade cultural. E era colocado como vítima de negação, não só em sua coloração, porém também eram silenciados os usos linguísticos da sua identidade (NASCIMENTO, 2019, p. 34). Nesse caso, era forçado a adquirir os valores brancos para ser algo de vantagem, para não se tornar um extermínio diretamente (Ibidem, 2019), quando estivesse diante de um branco deveria falar o português.

⁴ É uma linguista angolana considerada como uma das principais defensoras do Português d’Angola

⁵ A utilização da palavra “assimilado”, aqui, se referia às pessoas que falavam e escreviam em português.

⁶ Indígena significa originário ou aquele que está ali antes dos outros.

A língua, como um sistema politizado, ganha um conjunto de funções que desempenham um projeto de poder, através dela começa a existir o ato da negação. E tendo tal poder, deixa ao sujeito negro a estranheza sobre aquilo que é a fala dos ancestrais ou sobre a herança africana (Ibidem, 2019).

Cerca de 98% da população indígena não tinha o estatuto de um cidadão (AUGUSTO, 2016). A Língua Portuguesa foi uma das condições importantes ou prestigiosa para se tornar cidadão na Angola colonial. O português só era falado no centro urbano (FONSECA, 2012), com uma presença ativa de brancos, e os negros falavam o português popular (português não padrão) que, no sentido mais irônico, os brancos chamavam de “Pretoquês⁷”, para Mingas (2000), era um termo pejorativo utilizado contra os negros.

“português de preto”, “português moreno” e/ou “dialecto”, o que criou não só condições ótimas para a promoção do português como também, por um lado, a ideia de que as línguas locais eram inferiores ao português e por outro, um sentimento de vergonha por parte de alguns angolanos ao admitirem ter uma língua sem prestígio como primeira e/ou materna (OLIVEIRA, 2018, p. 245).

A ideia de superioridade, inferioridade (FANON, 2008) e raça é um ato da branquitude de maneira a outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista (QUIJANO, 2005; NASCIMENTO, 2019).

A ideia de raça pode ter surgido em razão das diferenças fenotípicas, mas tem como principal função promover a classificação de superioridade de um povo em relação ao outro, e para legitimar a subordinação do povo considerado inferior, os colonizados. O conceito segregador da ideia de raça surge embasado por uma fundamentação teórica primordial para a sua validação (MAIA e MELO, 2020).

Mesmo que não haja contato direto entre pessoas brancas e negras em uma determinada área, essa discriminação racial começa quando a humanidade da pessoa negra é questionada e ela é despojada de sua humanidade. Para recuperar sua posição humana, a pessoa negra muitas vezes, busca se igualar à pessoa branca na esperança de que seu valor seja reconhecido, mas isso a coloca em uma posição de dependência em relação à pessoa branca (FANON, 2008).

Mbembe (2014) observa que enquanto tal, o negro não existe. O negro é considerado como um ser produzido com um vínculo de submissão e um corpo de exploração, ou seja, um corpo que está inteiramente sujeito à vontade de um senhor, com finalidade de obter o máximo de rendimento do trabalho.

A língua é um elemento de identidade (BERNARDO, 2017; ANÇÃ, 2012) e com ela une-se diferentes povos. Quando o homem possui uma linguagem, leva consigo o mundo de significados e culturas que os representa (FANON, 2008).

O processo de linguicídio contra as línguas angolanas teve um efeito contrário do esperado. Seguindo essa linha de raciocínio, Mudimbe (2013) explica que o conhecimento africano foi mediado por meio da linguagem, da escrita e das práticas acadêmicas, contribuindo para a marginalização e desumanização dos africanos. Onde a língua é considerada como um produto ou subproduto de uma criação da colonialidade, assim como um espaço de atuação do epistemicídio, sendo ela o extermínio do

⁷ A palavra Pretoquês deriva de “preto” mais o “guês” que significa português falado pelos pretos, um Português com marcas de africanização.

pensamento do outro. Essas populações tiveram as suas culturas e línguas massacradas e inferiorizadas (FANON, 2008) por uma civilização.

Oliveira (2018, p. 235) explica que a Língua Portuguesa foi um dos instrumentos de hierarquização, privilégio, silenciamento e isolamento das línguas angolanas. E a compreensão e posição que essas línguas têm/encontram atualmente em Angola parte disso e da não valorização por parte do Estado angolano. Como o português foi um mecanismo de poder, nas escolas só era ensinada a língua portuguesa, assim como hoje, proíbem as pessoas de falarem as línguas angolanas. Atualmente, mesmo que os autores dos livros didáticos sejam angolanos, a produção desses livros é feita em Portugal, na versão do português europeu. Todo esse instrumento escolar é ordenado pelas tradições escolares (MENEZES, BOIO, 2017; HOBBSAWN, 2015). A complexidade da língua portuguesa surge da presença de várias línguas compartilhando o mesmo espaço, resultante de diversas interações e perspectivas, influenciadas pela geografia, cultura e políticas linguísticas de diferentes nações onde o idioma é falado (SANTOS e PAULA, 2021).

A língua prestigiosa e o seu poder colonial

Quando abordo sobre a língua prestigiosa nesse tema, falo de todas as línguas consideradas padrão do ponto de vista europeu e da colonialidade, pois a língua padrão e não-padrão - o tal dito língua popular - são construções ideológicas europeias que partem do pressuposto da racialização, superioridade e da inferiorização como elemento de divisão entre colonizador e colonizado a partir da língua.

A língua, sendo um instrumento de comunicação que pertence a todo mundo, é uma invenção do homem branco, e ela foi racializada. Ela não tem cor, pois não existe por si só e tem de ter sujeito por detrás, enquanto é politizada, ganha funções, porque assim começa a funcionar como um projeto de poder fundado pelo colonialismo. É a língua, nessa posição politizada, vai servir como um espaço de luta da racialização, pois a língua que falamos é a mesma língua que nomeia e racializa, e por outro lado, é considerada como um espaço de resistência (NASCIMENTO, 2019, p. 20 e 23).

Essa língua foi inventada como parte do projeto cristão/colonial em diferentes lugares das colônias (MAKONI e PENNYCOOK, 2007, p. 1). A língua como um elemento criado pela colonialidade é considerada como um espaço de epistemicídio contra os povos colonizados (CARNEIRO, 2005, p. 97), pois essa colonialidade invade, destrói e apaga o conhecimento e as tradições dos povos originários, (NASCIMENTO, 2019, p. 24). Mas esse mesmo epistemicídio, em alguns aspectos, teve um efeito contrário.

Quando discutimos o “linguicídio”, também estamos abordando o “epistemicídio”, e, ao usar o termo “genocídio” (CARNEIRO, 2005), estamos qualificando o ato de extinguir o conhecimento do outro. No contexto dos negros, esses três conceitos - genocídio, epistemicídio e linguicídio – estão interligados, pois representam não apenas a morte física das pessoas negras, mas também a extinção de seu conhecimento e de sua língua (NASCIMENTO, 2023, p. 10).

Mesmo que esses três conceitos – genocídio, epistemicídio e linguicídio – sejam analisados dessa maneira, tenho de lembrar que são instrumentos que têm como finalidade as formas do silêncio sobre a população colonizada, porque é uma das formas de apagar o movimento de sentido, de silenciá-lo e de perpetuar o não-sentido onde ele revela algo de ameaça (ORLANDI, 2007, p. 12, 14).

Olhando esse processo de eurocentrismo, colonialidade e a ideia de que a língua que racializa é a mesma que nomeia, a partir dela, a racialização traz pressupostos de

negação e afirmação que irá contra os sujeitos, os quais são vítimas dessa negação devido às colorações negras (NASCIMENTO, 2019, p. 29).

Isso faz com que exista a problemática da negação do negro diante do próprio negro ou do branco como plano de sobreviver dessa colonialidade. Nascimento (2019, p. 29) aponta que o negro é forçado, no automático, a adquirir os valores brancos para não ser exterminado, então, está sujeito a saber caminhar entre o dizer e o não-dizer (ORLANDI, 2007). Ele nega a sua língua eliminando sucessivamente as suas marcas identitárias que Lélia Gonzalez (1988) vai chamar de marcas de africanização. A linguagem é uma técnica dessa desvalorização, até cultural (FANON, 1969, p. 37).

O processo de negação começa a existir primeiro na língua, desse jeito, a língua coloca ao sujeito negro um espanto sobre a sua ancestralidade (NASCIMENTO, 2019) da sua herança africana, assim como cultural e religiosa, reproduzindo essas marcas, sem perceber, no seu cotidiano: “(...) vemos, até hoje, resultante do projeto colonizador, uma grande valorização dos conhecimentos, da religiosidade e cultura europeia em detrimento das culturas indígenas, africanas e ciganas e de outras etnias” (FILIZOLA, 2019, p. 63).

Filizola (2019) defende que se deve fazer a construção de um pensamento decolonial que possa buscar superar um sistema de poder político, conhecimento e subjetividade que se originou a partir de um sistema capitalista hierárquico fundamentado na hierarquização racial e na supremacia eurocêntrica.

Macumba: significado cultural e a sua ressignificação

Assim como Angola, em alguns aspectos, Brasil é um país multicultural e multilinguístico, formado por vários povos e culturas diferentes. O Brasil multilinguístico e multicultural, como sabemos, já existia desde muito tempo devido ao povo indígena, até a invasão dos portugueses, durante o século XVI (ARAÚJO, 2022) e, depois, a chegada dos africanos (PESSOA DE CASTRO, 2005).

Embora o Brasil tenha passado por um processo histórico (DAVID, 2023; PESSOA DE CASTRO, 2005 e 2011; MATTOS e SILVA, 2004), assim como Angola, a construção da sua língua oficial surge a partir da influência africana e das invenções que os portugueses criaram durante o período colonial, pois observa-se, nesses países, que as línguas oficiais refletem a influência significativa das línguas africanas (DAVID, 2023). Porém, esse português que os dois países expressam se torna diferente em alguns aspectos. Durante a fase colonial, era considerado como língua do preto (MINGAS, 2000). O objetivo do colonizador era que fosse falado o português, sem nenhuma influência, ou seja, o dito português padrão.

Como não aceitação dessa língua, os portugueses inferiorizavam essa língua (FANON, 2008) de várias maneiras. Pode-se analisar que a inferiorização desse português é devido à raça, local e línguas que o completam, que são línguas africanas, por exemplo. Vários termos que utilizamos hoje advêm da influência africana, porém tocarei simplesmente no termo “macumba”. Esses termos foram/são pejorativados, até hoje, por ideologia colonial europeia presente (QUIJANO, 2005).

A palavra macumba é uma das palavras que traz um elo cultural/linguístico entre Angola e Brasil. Quando falo de elo, abordo que está presente no português de Angola e do Brasil e os sentidos que essa palavra acarreta para os dois países são os mesmos “feitiço ou algo ruim”.

No Brasil, nota-se que essa palavra é muito usada dentro das religiões de matrizes africanas, como o Candomblé. Uma religião de matriz africana que defende e busca a raiz africana, e não europeia, é mal vista dentro do sistema religioso mundial. A ideologia da

desvalorização da cultura africana é o resultado de um processo colonial⁸, mas esse não é o assunto.

Na cidade de São Luís – MA, a primeira casa de candomblé, conhecida por Fanti Ashanti, uma das casas mais tradicionais, sofre ataques, insultos e gestos de exorcismo. Os ataques eram direcionados especialmente à mãe Kabeca, a qual era chamada de “macumbeira” (CASTRO, 2022).

A palavra macumba é um termo que, de acordo a sua etimologia, faz parte da africanidade, o filósofo Malomalo (2022) usa para referenciar a cultura negra, cultura feita pelos africanos e pelos seus descendentes durante o percurso histórico.

Procurando o significado dessa palavra no dicionário, veremos que é um instrumento musical de percussão, espécie de reco-reco, de origem africana, com o som de rapa e, dentro disso, o “macumbeiro” é a pessoa que toca (Malomalo, 2022, p. 75), assim também mostra o site *Significados*⁹.

Esta palavra macumba é de origem angolana, porém a sua etimologia é controversa. Malomalo (2022) aborda que a palavra “Macumba” é plural de “*Dikumba*”, em Kimbundu, que significa “Cadeado” (fechadura relacionada à cerimônia de fechamento de corpo¹⁰). Mas, por outro lado, a origem dessa palavra parece estar mais no Kikongo, “*Makumba* plural de *kumba*”, que significa prodígios, “fatos miraculosos relacionados à *kumba* (Malomalo, 2022, p. 82). Entretanto, nos dias atuais, refere-se a feiticeiro. A palavra Macumba é um termo com outras etimologias, no Brasil, para além de designar reco-reco, também designou um jogo de azar.

Essa palavra, como muitas outras palavras de origem africana, foi enfeitizada negativamente devido ao pensamento eurocêntrico (MALOMALO, 2022), resultado de um processo colonial que ainda persegue os africanos, porque, se virmos muito bem esse pensamento de inferioridade (FANON, 2008) contra o povo africano, ainda continua. Mesmo que não haja mais a colonização, podemos perceber a presença do pensamento colonial ativa e notar isso nas palavras de etimologia africana que recebem uma má significação. Se fosse ao contrário, ou se as palavras fossem europeias, veríamos o posicionamento do verdadeiro significado ou sentido da palavra.

Porém, atualmente, temos visto o surgimento numeroso de escritores africanos e descendentes que lutam para libertar essa palavra do “feitiço do mal” do preconceito e do racismo, para retribuir o verdadeiro significado e colocá-la na sua força mágica do “feitiço do bem” (MALOMALO, 2022, p. 76): “Considero que, se a macumba é uma palavra enfeitizada pelo racismo, a sua desenfeitização maléfica passa pela sua desmacubização, para se chegar à macumba enfeitizada pelo belo-bem” (Ibidem, 2022, p. 82).

Bas’Ilele Malomalo: Macumba, Macumbização e Desmacumbização

Nei Lopes (1999, apud MALOMALO, 2022, p. 61) destaca que a palavra “macumba” é controversa e possui múltiplos significados. É controversa devido à conotação negativa atribuída a ela pelo pensamento eurocêntrico, mas também é polissêmica devido aos diferentes discursos de seus usuários, que a veem de formas divergentes, o que permite afirmar que nem sempre é percebida como algo negativo.

Malomalo (2022, p. 83) explica que a hermenêutica da macumba comporta duas realizações: desmacumbizar e macumbizar. Os dois momentos fazem parte da mesma africanidade que tem como o querer político, estético e epistêmico. Desmacumbizar é muito mais do que dar o verdadeiro sentido da macumba ou desenfeitizar ela do sentido

⁸ Como Mano Azagaia diz “expulsamos o colonizador, mas ainda vivemos com a colonialidade”

⁹ <https://www.significados.com.br/macumba/>

¹⁰ Em Angola e Kongo – RDC, faz-se um ritual de fechamento de corpo.

pejorativo que recebeu, é desconstruir os preconceitos que foram atribuídos às palavras de origem africana, porque a epistemologia da africanidade pertence à proposta de uma epistemologia construtiva. Nesse sentido, a macumbização é um movimento que cria uma crítica radical, mas tendo em si o sentido de construir uma humanidade com ele, assim como respeitar o seu momento e lugar de diálogo.

O autor coloca a macumba como um momento político e pedagógico cujo objetivo é construir o que foi ou continua sendo desconstruído sobre a cultura africana (Ibidem, 2022). Para sair dessa cultura de preconceito e do racismo que foi colocado por uma sociedade hegemônica, para que se entre num mundo cultural de conceitos e das palavras mágicas libertadoras, é necessário procurar o verdadeiro significados das coisas construídas pelo povo nativo, isso é construir uma nova sociedade, pensar numa humanidade coletiva que busca o verdadeiro sentido das palavras dentro da cultura negra, é isso que Malomalo (2022) chama de macumbizar.

Macumbização, como um projeto de reinvenção estética, epistemológica e política do mundo, é igualmente um projeto de construção permanente de uma identidade negra afirmativa no mundo. Percebo-a como parte da negação de uma identidade negativa atribuída à população negra e à sua cultura, rumo à elaboração de uma identidade negra afirmativa, autoatribuída coletivamente (MUNANGA, 2002; MALOMALO, 2010b apud MALOMALO, 2022, p. 84 e 85).

Malomalo (2010a, apud MALOMALO, 2022) entende a africanidade como uma cultura criada pelos africanos e seus descendentes em que num momento foi espalhado no mundo um conjunto de manifestações históricas, políticas e saberes. Sendo assim, macumba é um patrimônio cultural africano (SODRÉ, 2005 Apud MALOMALO, 2022).

A sistematização dos saberes acadêmicos e não acadêmicos negros me levaram a sugerir uma epistemologia negra de macumba que segue dois passos no seu funcionamento: a desmacumbização da sociedade, de seus preconceitos e do seu racismo sobre os negros e a cultura negra e a macumbização da mesma sociedade. Macumbização aqui é vista como o processo de produção de uma estética política e de uma epistemologia antirracista que se pautam na valorização do diálogo intercultural e interdisciplinar, que tem, por finalidade, a emancipação humana (MALOMALO, 2022).

Feitiço: termo pejorativo que designa o poder africano – Angola

O que entendemos por feitiço? Algo ruim e, quando pensamos nesse ruim, sempre olhamos para a África e não Europa. Sendo a língua um instrumento de poder e uma invenção que foi politizada (NASCIMENTO, 2019), traz ideias ao homem africano de que o dele é ruim.

Antigamente, o significado da palavra feitiço, segundo o Dicionário Etimológico¹¹, era “postição, artificial ou não-natural” e é de origem latina (derivado do *facticius*). Olhando e analisando o embasamento histórico linguístico africano, em nenhuma língua africana existe esse termo, assim como explica o antropólogo e historiador angolano Filipe A. Vidal (2022), pois, dentro da cosmovisão africana, tudo que existe na língua também existe no mundo real, por isso essa palavra não é africana.

Angola é um país conhecido pelas suas culturas e rituais feitos que, atualmente, para alguns, não é mais visto como algo legal devido ao pensamento colonial deixado com objetivo de apagar aquilo que é angolano. Dentro do processo de invasão, os portugueses viam ou ainda veem o povo angolano como um povo sem identidade cultural

¹¹ <https://www.dicionarioetimologico.com.br/feitico/>.

e um povo desumanizado (FANON, 2008). Diante disso, Mbembe (2014) aborda que o homem negro para homem branco significa trazer ou colocar ele a um nível de submissão social e de exploração.

Então, eles chamavam essas tradições culturais angolanas como o *não-natural*, isso tudo porque não percebiam as ciências africanas, especificamente angolanas. No monolinguismo do colonizador (DAVID, 2023) não existe palavra que pode descrever o poder angolano ou qualquer outra coisa, então, designaram como feitiço tudo aquilo que eles não entendiam (*não-natural*, que em outras palavras podemos chamar de maléfico ou algo não do bem).

Segundo Kandimba (2022), o poder ou sistema espiritual africano, especificamente angolano, está dividido em duas partes, a primeira, *Wanga*¹² (poder ruim), onde encontramos o *muloji* ou *n'doki*¹³ - que é o ser que usa o poder espiritual ou o segredo natural para manipular o outro para o benefício próprio e, a segunda, *Mbanda*, onde encontramos o *Kimbanda* – que é médico espiritual local e *Nganga* (santo ou divino) (2022).

O feitiço é um termo levado à África para designar um ato negativo sobre a cultura africana relacionada à *N'kisi*¹⁴ ou *Unene* (ambos poderes do bem), traduzido no português pelo significado que o colonizador deixou “feitiço”, como mostram vários dicionários, tais como o *Significado de definição*¹⁵. Antigamente, para os mais velhos conhecedores da tradição, *N'kisi* não era um poder de malevolência, atualmente, alguns aceitam isso, mas é um poder que era feito para proteger o povo contra coisas más ou pessoas que quisessem fazer algo de ruim ao povo e tratar essas mesmas pessoas. Porém, depois da nova geração e devido ao pensamento colonial que vive existente e das más visões deixadas aos povos colonizados, *N'kisi* ganha um sentido pejorativo que designa algo ruim e perigoso.

E para essa nova geração, literalmente, a palavra *n'kisi* ganha o sentido de *wanga* e o significado de feitiço, enquanto para os mais velhos sábios que conhecem a raiz angolana não é. Em cada língua nacional do território angolano, a palavra que designa “poder” pode ser chamada de outra maneira dependendo da língua nacional.

Sendo macumba um ritual que faz parte desse poder, ganha esse sentido pejorativo por causa dessa palavra feitiço, e agora através do pensamento colonial, pensamos nesse poder como atos ruins e maléficos. E, assim, essa palavra ganha o sentido pejorativo até a geração de hoje.

Do Unene/N'kisi a feitiço e do Nganga/ Kimbanda a feiticeiro

Os mais velhos angolanos dizem, assim como minha mãe, Mamã Luísa Kololo¹⁶, e o meu pai, Papá Silva Makosukulu, falam em Kikongo “*Vena venina nsingu ka milenda tula mukulu ko*”, mas em Kimbundu João (2022) afirma que é “*hala oxingu, kinama kutena kuzwatha nsanga*”, que em português significa “onde há pescoço, missanga¹⁷ não vai nas pernas”, que quer dizer, “enquanto os mais velhos estiverem vivos eu, sendo mais novo, não posso trazer esse tipo de assunto”.

¹² Termo do Kimbundu.

¹³ É todo ser que tem ações ruim é *muloji* ou *n'doki*.

¹⁴ Em Kikongo.

¹⁵ <https://www.significado-definicao.com/wanga>

¹⁶ Que são da etnia Bakongo.

¹⁷ Palavra de origem Kimbundu *misanga*, plural de *musanga* que significa continha de louça ou vidro usada em colares e enfeites.

Procurar os mais velhos conhecedores da raiz africana para saber mais sobre o assunto é importante. Então, estar envolvido com os idosos (*mwadilimi* ou *kaka*) é obedecer ao provérbio, que em Kindumbu é “*suku ni hima, ungoxoxi ni phombo*”, isto é, “passar o dia com as crianças e ao pôr-do-sol com os mais velhos (Ibidem, 2022).

Este pensamento está alinhado com a tradição cultural africana. Por exemplo, minha avó, minha mãe, meu pai e até mesmo meus irmãos e eu, costumamos estender um/uma lwandu/esteira à noite para que possamos conviver. Na cosmovisão africana, o conhecimento é transmitido de uma geração para a próxima, geralmente dos mais velhos para os mais jovens, e até hoje os mais velhos preservam a tradição oral como meio de fazê-lo e de manter a cultura africana como ela é tendo em conta a sua essência.

Na língua portuguesa, a palavra "feitiço" carrega o significado semântico de maldade, como mencionei anteriormente. João (2022) utiliza a palavra feitiço para explicar esse conceito à nova geração, porque, em termos semânticos, a palavra feitiço não se refere a *Unene*, *N'kisi* ou a qualquer poder africano. A forma como a geração atual entende o poder angolano é significativamente diferente da geração de nossos bisavôs, porque, naquela época, o termo feitiço, como é chamado, não se referia à *Unene* ou às outras palavras que mencionei que denotam esse poder, e quem detinha esse poder eram os *Nganga*, *Kutedi Kutendi* ou *Kimbanda*, os protetores. A palavra feitiço foi usada para explicar tudo aquilo que não era entendido pelos europeus.

O *Nganga*, *Kutedi Kutendi* e *Kimbanda* eram pessoas cheias de poder, na língua do colono, recebem a designação ruim de feiticeiro, eles eram um indivíduo capaz de defender o seu povo de malfeitores e de prever o que pode acontecer. Tendo isso, o povo preferia viver numa aldeia onde há *nganga*, pois assim todos ficariam protegidos e as aldeias eram menos conflituosas, “*sembele dyembu dya wanga duke dyembu dya mbwembwe*”, em português - “melhor é a aldeia de *nganga* do que aldeia de mexeriqueiros¹⁸”. Tendo uma aldeia cheia de *nganga*, não tinha possibilidades de existir uma pessoa mexeriqueira (JOÃO, 2022).

Em outras palavras, essa passagem descreve a posição de autoridade e responsabilidade que os tios tinham em relação aos sobrinhos em uma determinada época. Os tios eram chamados de “*nganga*” e eram considerados detentores de poder. Se uma pessoa fosse Tio, independentemente de ter habilidades especiais (*Unene*) ou não, ela era automaticamente vista como uma figura importante na vida do sobrinho. Em casos de doença dos sobrinhos, os tios eram procurados, pois tinham a responsabilidade de protegê-los. Além disso, somente o tio tinha o poder de autorizar a morte de um sobrinho, se necessário.

Se o tio não estivesse envolvido na situação do sobrinho ou se recusasse a autorizar, ele tinha que realizar “*katamana*”, um termo que não possui uma tradução direta, mas pode ser entendido como expressar seu descontentamento e negar qualquer culpa ou autorização. Como tios eram considerados as pessoas legalmente responsáveis pelos sobrinhos, eles tinham o dever de intervir e impedir qualquer pessoa que quisesse prejudicar os sobrinhos, mesmo que não conhecessem essa pessoa. Os tios eram figuras de autoridade encarregadas de proteger os sobrinhos e garantir seu bem-estar, assim como explica João (2022).

Olhando o objetivo dos portugueses, após passar algum tempo até as gerações mais novas dos nossos avôs, o título *nganga* ou até mesmo de *kimbanda* começou a ganhar o significado semelhante ao português (feiticeiro, que para eles é pessoa não-natural), mesmo que existisse *muloji*, pessoa que podia fazer mal e trazer discórdia na

¹⁸ Intrometida; aquela que se intromete em assuntos que não lhe dizem respeito.

aldeia, então *nganga* começou a ser visto também como um *muloji* (Ibidem, 2022) e ninguém queria estar perto de um *nganga*.

É a partir desse processo de epistemicídio, cujo objetivo era subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas que podiam ameaçar a expansão capitalista (SANTOS e MENESES, 2009), que os portugueses fizeram com que os africanos comessem a ter o ódio da sua herança cultural e, claro, foram obrigados a isso. E deixando o pensamento colonial (QUIJANO, 2000) que faz com que esse ódio prevaleça até hoje, pois este epistemicídio é visto como um elemento que traz anulação, desigualdade e a inferiorização intelectual do povo subjugado (CARNEIRO, 2009, p. 97). Isso fez com que os africanos ficassem impedidos de não reproduzir o seu conhecimento de acordo as suas tradições culturais e percepções no mundo todo (PESSANHA, 2019, p. 185).

Em outras palavras, o ritual chamado "*Kaloka*", realizado pelos sobas¹⁹, era uma prática que envolvia a transferência de poder espiritual ou retirada, chamado de *n'kisi* ou *unene*, de uma pessoa para outra. Este ritual tinha boas intenções e era conduzido com o propósito de passar esse poder para as gerações mais jovens como uma herança ou parte do patrimônio familiar. Com o tempo, devido à influência colonial, algumas pessoas que receberam esse poder começaram a usá-lo de maneira prejudicial, realizando ações negativas chamadas de *muloji*. Isso levou a um uso indevido do poder espiritual, e algumas pessoas começaram a abandonar esse poder.

As crianças que demonstravam ser especialmente talentosas ou inteligentes eram vistas como uma ameaça para suas famílias, pois podiam usar seu poder de maneira prejudicial. Como resultado, eram frequentemente submetidas ao ritual de *Kaloka* para retirar seu poder espiritual. No entanto, existe um ditado que é *mwadikimi*, ou seja, um *nganga* nunca deixa de ser um *nganga*, mesmo que tenha passado por *Kaloka*. Isso implica que o poder espiritual continua a influenciar suas vidas de alguma forma (JOÃO, 2022).

É importante frisar que o *Kaloka* também era usado para tratar questões espirituais relacionadas a *Wanga*, como *muloji* ou *n'doki*, visando eliminar esses problemas e restaurar a harmonia espiritual.

Palavras conclusivas

Podemos inferir que, em Angola, as línguas nacionais estão envolvidas numa complexa relação de poder e posição, pois trazem consigo vestígios do período colonial, ao mesmo tempo em que demonstram resistência às políticas linguísticas que não honram sua identidade histórica e cultural. As políticas coloniais, juntamente com o processo de assimilação, resultaram no isolamento dessas línguas, com o intuito de restringir sua existência. Promover ainda mais o uso dessas línguas ou incorporá-las ao ensino bilíngue poderia ter um impacto significativo na valorização cultural e identitária angolana.

A partir da língua prestigiosa podemos olhar a forma impactante da complexidade das relações linguísticas, raciais e culturais, especialmente em contextos coloniais e pós-coloniais. Temos de analisar e reconhecer o papel da língua como uma construção ideológica que reflete o poder e a dominação exercidos pelos colonizadores. Nesse contexto, a linguagem é vista como uma ferramenta de opressão, uma vez que a língua padrão é imposta como um meio de diferenciação e inferiorização dos povos colonizados. Além disso, a ideia de linguicídio e epistemicídio revela como a destruição da língua e do conhecimento dos povos colonizados é uma estratégia de controle e silenciamento.

¹⁹ É o chefe nas aldeias em Angola, desde o tempo pré-colonial até hoje.

Entendemos o porquê de Angola ser retratada dessa forma, devido a uma série de crenças relacionadas à raça, à suposta superioridade e à rejeição cultural. Os europeus demonizaram o que é angolano, e ainda hoje, por meio do legado do pensamento colonial presente nos territórios que foram colonizados, isso persiste e coloca Angola numa posição negativa.

Atualmente, a percepção negativa associada ao poder angolano e a visão depreciativa de palavras africanas são moldadas pelo legado colonial europeu. A África foi historicamente retratada como negativa, prejudicial e muitas vezes erroneamente considerada como um país, não um continente. Essas ideias perpetuam a desinformação e fazem com que as pessoas percam o interesse em conhecer a diversidade africana, muitas vezes se baseando na imagem estereotipada criada pela mídia europeia.

É fundamental desconstruir ou desmacumbizar, como sugerido por Malomalo (2022), o conjunto de ideias negativas e falsas que permeiam a percepção da cultura africana. Muitas vezes, essa visão é distorcida, carregando estereótipos pejorativos, preconceitos e conceitos errôneos. É crucial explorar a verdadeira essência do continente africano, compreendendo suas raízes autênticas. A história que conhecemos sobre a África é geralmente moldada por uma perspectiva eurocêntrica que nos distancia de nossa própria cultura e identidade, resultando em um sentimento de desprezo para aqueles que são africanos ou afrodescendentes. Portanto, é necessário reexaminar e redescobrir as riquezas culturais e históricas da África, desvinculando-se dos estereótipos e do eurocentrismo para abraçar uma compreensão mais genuína e respeitosa de sua herança.

Referências

ANÇÃ, Maria Helena. **Percepções de angolanos sobre a língua portuguesa: um contributo para a didática do português língua segunda**. Revista UBI Letras, Beira, n. 2, p. 5-30, 2012.

ARAÚJO, Ana Paula de. **História da língua portuguesa no brasil**. Infoescola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/portugues/historia-da-lingua-portuguesa-no-brasil/> 2021> Acesso: 2022

AUGUSTO, M. A. **Morfologia contrastiva entre português e kimbundu: obstáculo e suas causas na escrita e ensino da língua portuguesa entre os kimbundu em angola**. São Paulo, 2016

BERNADO, E. P. **Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola** (revista internacional em língua portuguesa). N32, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Mariana. **Racismo religioso a casa de candomblé é atacada no maranhão**. 2022. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2022/05/03/racismo-religioso-casa-de-candomble-e-atacada-no-maranhao>> Acesso em: 2022.

DAVID, M. T.; SANTOS, G. N. dos . **As influências das línguas bantu no português de brasil: origens e trajetórias rumo ao Pretuguês**. Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos, [S. l.], v. 4, n. 08, p. 137–148, 2023.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.

FANON, F. **Pele Negra Mascara Branca**. Salvador: Edufba, 2008.

FILIZOLA, Gustavo Jaime. **As crianças de candomblé e a escola: pensando sobre o racismo religioso**. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. RECIFE, 2019.

FONSECA, Dagoberto José. **As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola**. Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

GONZALEZ, L. **A categoria política-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93. 1988.

JOÃO. A. F. **Feitiço: a luz da compressão Ambundu**. Luanda, 06 de novembro de 2022. Facebook.

Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=2254603038035117&id=100004563272926&eav=Afbrihlcl1CamQSLAKcHZ7-pH0R V41A5CmSPEhl6TEumjWrKmiLh1TOp4zG4anEly&paipv=0. Acesso em: 2022

KANDIMBA, G. **Fala sobre o feitiço na visão africana**. TIKTOK, 2022. Disponível em <https://www.tiktok.com/@gingakandimba/video/7175266607835434246>>. Acesso em: 2023.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Dênis Sousa de. **A colonialidade do poder e suas subjetividades**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 2 Julho. 2020.

MAKONI. S.; PENNYCOOK, A. **disinventing and reconstituting languages**. in makoni. s.; pennycook, a. (eds.) **disinventing and reconstituting languages**. Clevedon, **Multilingual matters**, 2007.

MALOMALO, Bas'Illele. **Filosofia ntu**. Belo Horizonte: Nandyala, 2022.

MATTOS E SILVA, R. V., **Ensaio para uma socio-historia do português brasileiro**. 1ªED. Editora: Parábola (2004).

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MENEZES, L. C.; BOIO, J. A. G. **Gêneros textuais e ensino: uma análise do livro didático de língua portuguesa do ensino secundário da 12ª classe de Angola**. Entrepalavras, Fortaleza, v. 7, p. 517-533, ago./dez. 2017.

MINGAS, Amélia A. **Interferência do Kimbundu no Português falado em Lwanda**. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção da África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Mangualde, Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**/ Belo Horizonte, Letramento: 2019.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Políticas coloniais e sociedade angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David**. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 265-289, dez. 2016.

NASCIMENTO, G. **A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global**. Gragoatá, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023.

OBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições. Tradução Celina Cardim Cavalcante**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

OLIVEIRA, Heloisa Tramontim de. **Língua Portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias**. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) REVISTA DA ABRALIN, V. XVII, N. 2, 2018.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Contribuições africanas na formação do português brasileiro: elementos linguísticos e culturais**. 2017. [55] f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras Português) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. – 6ª Ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PESSANHA. amaro de melo. **Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiásporico**. (2019).

PESSOA DE CASTRO, Y. **Marcas de africania no português brasileiro. africanias.**, v. 01, 2011.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **A influência das línguas africanas no português brasileiro**. In: Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade do Salv. (Org.). *Pasta de textos da professora e do professor*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social**. Journal of WorldSystems Research. 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

SANTOS, Gabriel Nascimento dos. **A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global**. Gragoatá, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023.
SANTOS, Ivonete da Silva Santo; PAULA, Maria Helena de. **O português kimbundizado: uma análise de alguns dos enunciados da obra os contos de ukamba**

kimba. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras São Francisco do Conde (BA) | v.1, nº 2 | p.266-277 | jul./dez. 2021.

SANTOS. Boaventura de Sousa. e MENESES. Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** (2009).

VIDAL, F. A. **Grande debate sobre feitiço e casas escuras**, YOUTUBE, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HxfD6lhuRPI>>. Acesso em: 2022.

ZAU, D. G. D. **A língua portuguesa em Angola: um contributo para o estudo da sua nacionalização.** 2011, 203p. (Tese de Doutoramento), Universidade de Beira Interior, Departamento de Letras, Covilhã, 2011.

Submetido em 07 de novembro de 2023

Aprovado em 21 de dezembro de 2023.